



Outorga do Título de Professor Emérito a

José de Souza Martins





Universitas Pauloistana

Philosophiae, Litterarum Scientiarumque Humanarum Facultas

Ego, Doctores, Sandra Margarida Mirini, Philosophiae, Litterarum Scientiarumque Humanarum Facultatis Moderatrix in Universitate Pauloistana, cum actum vidissem et perlegissem quo ab huius Facultatis Magistrorum Collegio ante diem xv Kal. Mart. anno MMVII praeclarus vir


José de Souza Martins

Sociologiae peritissimus,

Professor Emeritus

rile declaratus est, hoc diploma ei dedi, ut omnibus honoribus privilegiisque cum dignitate sua cohaerentibus et quidem sollemniter collatis iure uti ac perfrui posset.

Datum Facultatis in Aedibus Pauloistanae in Brasilia,
ante diem x Kal. Nov. anno MMVIII.


Prof. Dra. Sandra Margarida Mirini
Facultatis Moderatrix


José Carlos de Medeiros
Facultatis ab Actis

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR

Prof. Dr. João Grandino Rodas

VICE-REITOR

Prof. Dr. Franco Maria Lajolo

**FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

DIRETORA

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

VICE-DIRETOR

Prof. Dr. Modesto Florenzano

CERIMÔNIA DE **O**UTORGA
DO **T**ÍTULO DE **P**ROFESSOR **E**MÉRITO
PROF. **D**R. **J**OSÉ DE **S**OUZA **M**MARTINS

Data: 23 de outubro de 2008 (5ª feira)

Horário: 13h30

*Local: Salão Nobre - Prédio da Administração
Rua do Lago, 717 - Cidade Universitária*

Serviço de Comunicação Social – FFLCH

Coordenação

ELIANA BENTO DA SILVA AMATUZZI BARROS – MTb 35814

Projeto Gráfico e Diagramação

DORLI HIROKO YAMAOKA – MTB 35815

SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS – FFLCH

Coordenação

JOÃO FERNANDO QUERIDO SALVADO

Tiragem – 300

março de 2010

Sumário

ABERTURA	7
SANDRA MARGARIDA NITRINI	
APRESENTAÇÃO	9
MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA	
DISCURSO DE SAUDAÇÃO	13
FRAYA FREHSE	
A SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA DA ESPERANÇA	23
JOSÉ DE SOUZA MARTINS	

ABERTURA

Sinto-me muito honrada em dar início a esta sessão de outorga de título de Professor Emérito ao ilustre sociólogo José de Souza Martins, professor titular do Departamento de Sociologia de nossa Faculdade. Digo honrada porque o professor Martins, como todos o conhecem, é, sem dúvida, pela excelência, exuberância e versatilidade de sua produção intelectual, um de nossos mais conceituados sociólogos.

Com seus trabalhos, reunidos em quase uma vintena de livros, que abarcam os mais variados campos da sociologia, com destaque tanto para a sociologia agrária quanto urbana, dos trabalhadores como dos empresários – neste último caso lembro aqui de seu conhecido estudo sobre o Conde Matarazzo – o Prof. Martins contribuiu decisivamente não só para a sociologia brasileira em geral, como, e o que é mais importante para nós, para manter tanto a pesquisa, quanto a docência de nossa Faculdade no patamar de excelência que a caracterizam desde sua fundação em 1934.

Porque, e para dar um exemplo, a disciplina de introdução à sociologia, que o prof. Martins ministrou por muitos anos nos chamados barracões das Ciências Sociais, atraía uma verdadeira multidão de alunos de toda a Faculdade, o que o obrigava a fazer uso de microfone para se fazer ouvir. Mas ele era ouvido em silêncio e com entusiasmo e quando o curso terminava era aplaudido por praticamente todos os alunos.

Por tudo isso, é com muito orgulho que a Faculdade concede com todo merecimento esta honraria ao prof. Martins.

SANDRA MARGARIDA NITRINI
DIRETORA – FFLCH

APRESENTAÇÃO

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA*

Se fosse possível condensar em poucas palavras o sentimento que me ocupou, na ocasião em que representei o Departamento de Sociologia na cerimônia na qual a Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas agraciou o Professor José de Souza Martins com o título de Professor Emérito da Universidade de São Paulo, talvez se pudesse contê-lo na expressão – a maestria de uma mente inquieta. E de fato, os caminhos da indagação sociológica de Martins parecem inesgotáveis, pois é tal a amplitude dos seus interesses e tantos são os temas das suas pesquisas que não tenho dúvida em afirmar que a sua reflexão parece brotar de uma fonte copiosa. Autor de dezenas de livros e de inúmeras contribuições em vários campos da sua atuação científica e pública, o sociólogo é intelectual de múltiplos instrumentos, raramente encontráveis nos dias que correm.

A trajetória do mestre combinou rigor e método na construção da sua vasta obra sociológica com o perfil de um humanista ilustrado e em convívio com uma personalidade de distinguida ousadia e coragem no trato das iniquidades sociais. Professor Martins é o modelo irretocável do sociólogo, por ser capaz de aliar as diversas faces do *métier*, por harmonizar conhecimento e ação na vida pública. Se não houvesse ainda outras razões para reconhecer a justeza da distinção que lhe foi ofertada, a densidade da sua contribuição para a sociologia brasileira já excederia qualquer juízo de excelência; no entanto, Martins é um raro professor, daqueles que encaram a formação dos estudantes como um com-

*Pró-Reitora de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo; ex-chefe do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP.

promisso que não comporta nenhuma atitude de alforria frente à responsabilidade envolvida nessa situação aparentemente trivial. Muito ao contrário, cada aula e cada classe sempre foram para ele momentos excepcionais e contextos produtores de relações singulares. Que o digam as gerações de jovens que tiveram o privilégio de passar por suas classes, como foi o meu caso.

Ao escolher estudar especialmente os deserdados da modernização, os brasileiros desprovidos de quaisquer direitos, os que vivem “o cativo da terra”, os indefesos da violência cotidiana, os fronteirços, enfim, as condições de franca liminaridade, o sociólogo revela o quanto mobilizou a sua história pessoal, de menino nascido e criado nos subúrbios operários e de trabalhadores comuns, para construir os problemas da sua sociologia; demonstra, igualmente, a força de impregnação dos ensinamentos dos seus mestres, em particular dos que recebeu de Florestan Fernandes. Embora não aprecie a denominação, Martins é herdeiro legítimo da chamada “escola paulista de sociologia”, que fez dos dilemas da nossa sociedade e do drama de uma história que não percorre um trajeto típico na construção do moderno, o centro da reflexão. As suas análises distinguem-se, por isso, por acentuar as tensões e os efeitos socialmente desestruturadores da dinâmica da modernização no Brasil, sobre a qual lança um olhar de franca suspeição.

O pensamento de Martins identifica-se, pois, com as concepções críticas da Sociologia, entendidas na acepção precisa, enquanto elaboração de um juízo produzido no curso de uma apreciação rigorosa e minuciosa, condição de existência da faculdade de discernimento; deve ser também compreendido no sentido de crise, na modalidade de um processo grave e criador de múltiplos embaraços. Percebe-se, assim, o caráter de uma obra nutrida no compromisso do conhecimento, na qual estão ausentes apreciações ligeiras e meramente circunstanciais, deixando a entrever uma atitude de correspondência com a exigência de seriedade no enfrentamento dos desamparados e desterrados das benesses do progresso. As experiências vividas na infância desenvolveram-lhe o sentido da circunspeção necessária, frente ao sofrimento humano.

Mestre Martins possui uma trajetória permeada por reconhecimentos e distinções. Foi eleito professor da Cátedra Simón Bolívar, da Universidade de Cambridge, e *fellow* de Trinity Hall no ano acadêmico de 1993-1994; foi designado pelo Secretário Geral da ONU, membro da Junta de Curadores do Fundo Voluntário Contra as Formas Contemporâneas de Escravidão, tendo sido permanentemente reconduzido; foi assessor especial do Presidente Fernando Henrique Cardoso para a questão do trabalho infantil e do trabalho escravo no Brasil e coordenou a comissão interministerial que preparou o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério da Justiça, apenas para exemplificar a relevância da sua atuação pública. Este sociólogo de carreira internacional e cronista permanente do jornal O Estado de São Paulo, ainda encontra tempo para cultivar o seu gosto pela fotografia, retratando, especialmente, cenas da metrópole paulista.

Representar a comunidade do Departamento de Sociologia numa ocasião de tanto significado para todos, só poderia ser tarefa honrosa e, porque não dizer, de celebração emocionada de um colega, professor e sociólogo ímpar.

DISCURSO DE SAUDAÇÃO

FRAYA FREHSE**

Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini, e a Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda, chefe do Departamento de Sociologia, de quem foi a iniciativa desta homenagem. Cumprimento o Professor José de Souza Martins, meu colega no Departamento de Sociologia, mas, antes de tudo, e sempre, meu mestre, que hoje homenageamos.

Dirijo-me hoje a ele e a todos aqui presentes em nome da Congregação desta Faculdade. O intuito é encontrar palavras que expressem, da maneira mais plena possível, todo o sentido da reverência que hoje fazemos ao Professor Martins. O que representa uma grande responsabilidade, mas também uma grande honra para mim. Agradeço aos colegas que me concederam o privilégio de compartilhar com todos, através desta saudação, toda a felicidade que sinto neste momento, em que nossa Faculdade se reencontra de maneira ímpar com o projeto histórico do qual ela é fruto.

Ao outorgar ao Professor Martins o título de professor emérito, a Faculdade alça simbolicamente a sua trajetória e obra ao seleto rol das mais exemplares de nossa comunidade. Reconhece, neste ato, a inestimável contribuição que esse docente e pesquisador tem dado a esta instituição desde que nela

** Professora Doutora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

ingressou profissionalmente como auxiliar de ensino do Professor Florestan Fernandes, em 1965. Nunca é demais lembrar que esta Faculdade foi erigida historicamente sobre o pilar da docência articulada à pesquisa científica. É ele que a tem mantido firme em meio às muitas intempéries políticas e ideológicas que a assolaram – e assolam – desde a sua criação, em 1934. Porta-voz dessa tradição, o Professor Martins colocou sua vida profissional integralmente a serviço desse princípio. Quem acha que ele desperdiçou algo, engana-se redondamente. A notável articulação que se pode notar entre a trajetória docente e a trajetória intelectual do Professor Martins, ao longo das décadas, produziu frutos de uma preciosidade única. É, por um lado, uma gama absolutamente ampla de trabalhos sociológicos inovadores sobre o Brasil que somos e não sabemos. É, por outro lado, a formação de gerações de estudantes de graduação e pós-graduação em ciências sociais e áreas afins. Enfim, destaque-se a multifacetada prestação de serviços à comunidade.

Se todos esses aspectos asseguram para a trajetória acadêmica do Professor Martins a excepcionalidade exemplar de uma carreira que sempre se fez em nome – e em prol – desta Faculdade, não são eles, ao menos em primeira instância, que me levam a enfatizar aqui que, por meio deste ato, nossa instituição se reencontra de maneira impar com seu projeto histórico. Nesta saudação gostaria de demonstrar que essa unicidade reside especialmente em duas características da trajetória do Professor Martins. Por um lado, esta pode ser considerada um dos produtos mais acabados daquilo que ele mesmo chamou, certa vez, de “projeto histórico da USP de uma educação democratizante e emancipadora”. Por outro lado, a trajetória do Professor é uma notável evidência da apropriação – no sentido marxiano do termo – de muitas das possibilidades históricas implícitas nesse projeto.

José de Souza Martins nasceu em São Caetano do Sul, numa família de camponeses pobres que, deixando a Portugal e a Espanha no início do século XX, se instalaram no subúrbio de São Paulo e nas roças da Bragantina. Filho de operários, órfão de pai aos seis anos, Martins viveu, na sequência, por um ano na

então ainda rural periferia de Guaianases, para depois retornar ao subúrbio. Vendeu bananas na frente de fábricas e trabalhou numa delas, entre o curso primário e o secundário. Foi o ingresso, como trabalhador, na Cerâmica São Caetano, que lhe permitiu frequentar a escola secundária noturna particular, paga pela empresa, de propriedade da família do então já falecido Roberto C. Simonsen, proprietária da fábrica. Alguns anos mais, e eis que o projeto histórico da USP o “alcançou”, como ele escreveu certa vez, no curso normal do Instituto de Educação “Américo Brasiliense”, em Santo André. Ali, sob a influência de professores que frequentaram, eles mesmos, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, assumiu contornos mais nítidos o sonho de lecionar nas escolas rurais da Bragantina. Mas apareceu também a “tentação” das ciências sociais.

Esta venceu. Trouxe-o para a Maria Antonia. Ali a formação oferecida pelas cadeiras de Sociologia I e II, de Antropologia e de Ciência Política, aliada à generosidade de professores como Fernando Henrique Cardoso, cedo permitiram ao estudante José transformar a sua inata sensibilidade etnográfica para os assuntos humanos na competência profissional que marcou a atuação de Martins como auxiliar de pesquisa que foi junto ao CESIT, Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho. Veio o Golpe, em pleno ano da formatura. Veio o convite do Professor Florestan a que se tornasse auxiliar de ensino da Cadeira de Sociologia I. Com o convite, a docência, ao mesmo tempo em que teve continuidade o trabalho no CESIT, sobre a origem e a história dos grupos econômicos paulistas; e também se deu o “mergulho” na pesquisa da chamada “especialização”, atual mestrado; e, neste, o cenário empírico escolhido foram as roças do Alto Paraíba, da Baixa Mogiana e da Alta Sorocabana. Tudo isso num cenário político muito adverso, que levou Martins a defender, como dissertação, em 1966, um dos resultados da pesquisa realizada junto ao CESIT, e que deu origem ao livro *Conde Matarazzo: O Empresário e a Empresa*, de 1976. Em 1969, as cassações. E, com elas, tudo ficou ainda pior, agora também em termos institucionais. Se a pesquisa de doutorado retomou a problemática da modernização no campo, agora especificamente em relação ao Alto e ao Médio Paraíba, também a tese foi defen-

dida em regime de urgência, em 1970, versando sobre a temática desenvolvida em outra pesquisa paralela, acerca do Núcleo Colonial de São Caetano, e que deu origem ao livro *A Imigração e a Crise no Brasil Agrário*, de 1973.

Esses são apenas alguns detalhes que pontuaram o início de uma trajetória acadêmica que floresceu – e teve o mérito de vicejar - num contexto político e institucional absolutamente hostil, marcado por rearranjos acadêmicos que acabaram resultando muito desfavoráveis a Florestan Fernandes e a seus assistentes, enquanto a ditadura se acirrava. Para os fins desta saudação, interessa que a formação assegurada pela Faculdade naquele início de década de 1960 fez da trajetória de Martins o produto privilegiado de um conjunto de preocupações teóricas e metodológicas que não podem ser desvincilhadas do projeto histórico da USP, no interior do qual elas foram gestadas.

É a preocupação com aquilo que Martins chama, com frequência, de uma “sociologia enraizada”, comprometida com a compreensão das singularidades sócio-históricas e culturais da sociedade brasileira. Em prol desse projeto, uma rigorosa preocupação com o método. Se a sociologia é, como Martins gosta de lembrar retomando um preceito de Florestan, emprestado de Hans Freyer, “a autoconsciência científica da sociedade”, sê-lo envolve, no caso de um país de formação sócio-histórica tão singular como a nossa, discutir seriamente potencialidades e limitações dos métodos sociológicos para a compreensão de nossa realidade social. Especificamente, importa colocar esses métodos a serviço da compreensão do todo a partir daquilo que Martins chama de “margem” - e também aqui reaparecem, como ele bem gosta de lembrar, as preocupações teóricas e metodológicas da cadeira de Sociologia I. Dentre os métodos, foi de fato na dialética marxiana que Martins encontrou o instrumento privilegiado para suas pesquisas. O que também repercute a formação teórica e metodológica oferecida pela Faculdade no início dos anos 1960, quando professores e assistentes exploravam, em seminários e textos, as possibilidades e limitações do método dialético para a compreensão da realidade social brasileira.

À luz desses três aspectos, além de outros, que não há aqui como desenvolver, o que celebramos hoje é o sucesso de uma trajetória intelectual que se consolidou a partir de um compromisso histórico profundo com ambições de cunho sociológico que nasceram aqui. Porém há mais... Sua contribuição não se restringe ao fato de Martins reconhecer sempre as lições de seus mestres. Ele fez dos problemas por eles explorados de forma pioneira mediações para a descoberta de possibilidades históricas diferentes e inovadoras. O que não se explica sem considerar que, como ele mesmo afirmou certa vez, sua opção, antes de ser acadêmica, foi “existencial”. É o projeto de tentar compreender a sociedade a partir da margem e, ao mesmo tempo, compreender o lugar que, no processo histórico, têm aqueles que, como o próprio Martins, vieram da “margem da História”. São os chamados “subalternos, os simples, os que vivem para o trabalho”, como explicitou Martins certa vez; o conjunto vasto e indefinido daqueles “aos quais as contradições da vida social deram a aparência de insignificantes e que como insignificantes são tratados pela ciência. E, no entanto, se movem...”.

Os primeiros passos nessa direção Martins deu ainda na pós-graduação. Assumir como referência empírica e analítica a trajetória de um empresário como Francesco Matarazzo, “sem o brilho político e empresarial de Antonio Prado”, lhe permitiu contrapor-se à hipótese de Celso Furtado sobre a chamada “socialização das perdas”. A extensa pesquisa documental evidenciou uma “competência empresarial industrialista” em São Paulo já em finais do século XIX. Por sua vez, a investigação sobre os entraves à modernização na agricultura em diferentes regiões em São Paulo subsidiou a publicação, em 1969, de dois primeiros artigos acadêmicos que propõem uma original crítica à razão dualista: a relação entre a modernização agrícola e econômica não é incompatível com os valores e orientações da sociedade tradicional. Desenvolvida em *Capitalismo e Tradicionalismo*, de 1975, essa tese encontrará sua forma mais acabada em *O Cativo da Terra*, de 1978. Nesta obra, que se transformou em texto de referência dos exames vestibulares nacionais, as constatações empíricas resultantes das pesquisas na zona rural

paulista se juntam àquelas das investigações sobre a industrialização, e o produto teórico é a tese de que, no Brasil, o capitalismo é “rentista”: ele “nasce de relações historicamente anteriores, conforme os modelos clássicos, mas também cria e recria relações atrasadas ou arcaicas necessárias ao seu processo de reprodução ampliada”. Se ambas as teses dialogam vigorosamente com a temática, cara ao “grupo da USP”, dos entraves históricos à mudança, sinalizam inovações importantes. Trata-se de pensar o todo que se revela a partir de desencontros históricos simultâneos em margens insuspeitadas: um empresário menor; no campo, campos.

Convém assinalar, com o próprio Martins, o papel teórico e metodologicamente decisivo que, para o desenvolvimento teórico e metodológico dessas preocupações, tiveram os meados da década de 1970. Depois de sua primeira experiência de estudo no exterior, por meio da participação num seminário de 45 dias na Universidade de Sussex, na Inglaterra, nosso homenageado decidiu, em 1975, propor uma disciplina optativa até então inexistente nos cursos de Ciências Sociais no Brasil: Sociologia da Vida Cotidiana. Um ano depois veio o convite para uma estada na Universidade de Cambridge como *visiting scholar*. Se a proposta da disciplina já sinalizava a busca de novos rumos intelectuais, a experiência em Cambridge forneceu subsídios teóricos e metodológicos ímpares para que Martins pudesse, como enfatizou certa vez, “desenvolver um projeto intelectual próprio a partir das matrizes de trabalho, de indagação e de interpretação que constituíam a característica do grupo da antiga Cadeira de Sociologia I e dos vários grupos de professores e pesquisadores vinculados ao curso de Ciências Sociais aqui na Faculdade”. O retorno ao Brasil significou o início de uma longa pesquisa de vinte anos na região amazônica que lhe permitiu etnografar de maneira até hoje única os conflitos sociais naquela que é, como ele lembrou recentemente, a última e maior frente pioneira do mundo.

Em Martins, o anseio por uma “sociologia enraizada” encontrou guarida acadêmica no mínimo em três das disciplinas que criou e ministrou no

curso de Ciências Sociais: além de Sociologia da Vida Cotidiana, Sociologia dos Movimentos Camponeses e Sociologia Visual. Nesses abrigos, muito espaço intelectual para o desenvolvimento da reflexão, no primeiro caso, sobre as possibilidades teóricas e metodológicas implícitas no diálogo simultâneo com as correntes fenomenológicas norte-americanas (Schutz, Berger e Luckmann, Goffman, Garfinkel) e com as abordagens dialéticas europeias (Lefebvre, sobretudo, mas ainda Lukács, Heller, Kosik). No segundo caso, um aprofundamento nas potencialidades interpretativas do pensamento conservador, tão presente na sociologia – atesta o Nisbet trabalhado por Martins – , e no mundo rural perscrutado por professores da USP e precursores, como Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Sylvania Carvalho Franco, Octavio Ianni, Walnice Nogueira Galvão, Duglas Teixeira Monteiro e colegas que também se tornariam professores, como José César Gnaccarini, Carlos Rodrigues Brandão e Margarida Maria Moura. Na Sociologia Visual, enfim, o reencontro renovado com o imaginário da sociologia clássica de Marx e Durkheim, mas também com os (poucos) sociólogos contemporâneos que à fotografia se têm dedicado: Bourdieu, Becker. Convém ressaltar que tão vasta interlocução no seio da sociologia não se faria – nem se fez – sem a interlocução também intensa com as disciplinas afins das ciências sociais: sobretudo a antropologia e a história, além da geografia – e a tradição sociológica da USP retorna forte também nesse quesito.

Na raiz de abordagens tão diversas, uma só perspectiva: a de uma sociologia do conhecimento mannheimiana. Com esta, a proposta de que o conhecimento de senso comum e o conhecimento visual são objetos privilegiados para a compreensão das contradições do processo histórico. E eis que a preocupação uspiana com a margem pode encontrar novos desdobramentos metodológicos para o enfrentamento sociológico das contradições que imbuem a complexa realidade social dos simples no Brasil contemporâneo. Sob a perspectiva das mediações lefebvrianas, a margem se torna plena de reveladores-analisadores que assumem variadas formas. São, primeiramente, tipos humanos cujo lugar na totalidade é o da “vítima” que, “vivenciando

dramaticamente a alteridade, expõe os limites efetivos das relações sociais”. São trabalhadores rurais, índios, moradores do subúrbio, escravos, linchadores. Mas, em Martins, a margem é mais: além de humana, é espacial. Há uma geografia da margem. No mundo, a margem é a fronteira; no Brasil urbano, o campo; na cidade, o subúrbio; no centro vivo da cidade, a cidade viva dos mortos. A fim de poder ser sociologicamente tão rica, onde encontrar a margem metodologicamente? Em documentos até então pouco explorados pela sociologia, e que, nas mãos de Martins, se tornaram preciosas fontes: a memória, o silêncio, a fotografia, a arte popular, funerária...

É inevitável que o método dialético também saísse renovado dessa ao mesmo tempo diversa e una aventura intelectual. Assentada metodologicamente sobre a sociologia marxiana e sobre os desenvolvimentos dos quais esta se beneficiou ao passar “pelas mãos” dos sociólogos da USP e de Lefebvre, a sociologia de Martins encontra um lugar todo especial para o acontecimento – fragmentário, repetitivo, episódico - no processo histórico. A prisão do trabalhador rural Galdino, em *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*; um crime aparentemente passional, em *Subúrbio*; raptos dramáticos, em *Fronteira*; um sonho aterrorizador, em *(Des)figurações*; a aparição do demônio numa das seções de uma fábrica, no recente *A Aparição do Demônio na Fábrica*, e fotografias dos atos de fé, no mais recente ainda *Sociologia da Fotografia e da Imagem*: em cada um desses momentos temporais, colhidos por mim aleatoriamente em alguns dos 26 livros que Martins publicou até hoje, estamos em face de pontos de reparo metodológicos. Mas, por isso mesmo, estamos também, e essencialmente, diante de momentos dialéticos do processo histórico, mediações que, nas contradições que carregam, revelam o que a sociedade é e o que pode ser – e, no caso do Brasil, trata-se de uma sociedade de “história lenta”, como demonstra *O Poder do Atraso*. Nessa dinâmica, a dialética de Martins encontra lugar metodológico também para outras orientações teóricas que lidam com o fenomênico. Essas perspectivas são expressões da unidade do diverso – do temporalmente diverso – que também o pensamento sociológico é.

Se, tecelão paciente, Martins urdiu ao longo de décadas os fios de sua obra, ele não o fez – é relevante ressaltar – sem entrelaçar essa trama com a docência e a prestação de serviços à comunidade. Gerações de alunos podem atestar o quão dedicado professor ele foi – e inovador do ponto de vista pedagógico. Foram 18 anos contínuos de seminário sobre o método em Marx e em Lefebvre com pós-graduandos das mais diferentes unidades da USP. Suas aulas de rua pelo subúrbio, pelo centro e pelos cemitérios de São Paulo permanecem memoráveis. E não são menos inesquecíveis, para aqueles que foram seus alunos de graduação, as antologias que Martins com eles elaborou. Porém, a intensa devoção ao magistério e à pesquisa nunca amainou em Martins o anseio por disponibilizar o seu conhecimento e as suas descobertas para aqueles que, “vítimas” das mais diversas origens e credos, têm sido a referência de seus trabalhos. Foram – e têm sido, até hoje – muitas as palestras, aulas, assessorias a grupos e movimentos sociais no Brasil e no exterior. Foi longa a cooperação com a Comissão Pastoral da Terra; e, mais recentemente, foram doze anos como representante das Américas na Junta de Curadores do Fundo Voluntário da ONU contra as formas contemporâneas de escravidão. Desde a aposentadoria, em 2003, a atuação extra-muros da Universidade tem podido contar com outro forte aliado: o jornal. Isso, para não falar da fotografia, paixão antiga e constante em sua trajetória pessoal e acadêmica. E o que não dizer da poesia? Ambas, fotografia e poesia, se encontram num dos livros da coleção “Artistas da USP”, da Edusp.

No meio desse longo caminho, um reconhecimento acadêmico singular veio da Universidade de Cambridge. Em 1993, Martins tornou-se o terceiro brasileiro a ocupar a Cátedra Simon Bolívar, ocasião em que foi eleito também *fellow* de Trinity Hall.

Hoje, aqui, outra homenagem. Porém agora por parte da instituição onde tudo começou. O que, em se tratando de Martins, significa reconhecimento não só do muito que pôde acontecer, por ter acontecido a USP. Mas, ao mesmo tempo, reconhecimento do muito que ainda pode vir. E virá – pelas mesmas razões.

A SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA DA ESPERANÇA

Discurso na cerimônia de outorga do título de Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 23 de outubro de 2008

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Às vésperas do jubileu da Universidade de São Paulo, maior é para mim o significado desta cerimônia e do título de Professor Emérito que minha Faculdade me concede. Porque sou da geração de transição entre os tempos iniciais de implantação e consolidação do curso de Ciências Sociais na USP e a atualidade, o tempo dos responsáveis pela continuidade de uma obra. Num título como este a Faculdade se reconhece na biografia intelectual de quem o recebe, na trajetória a vocação, na vocação a missão. O que parece de um o é porque é do outro, na alteridade que nos faz muitos, mesmo os que não sabem nem compreendem e nem mesmo o querem. Sinto-me honrado por receber um título que é reconhecimento dessa alteridade e agradeço ao meu Departamento de Sociologia e à Congregação da minha Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas por terem me designado para personificar em minha trajetória a travessia, os muitos momentos da multiplicação e da distribuição dos pães e dos peixes do conhecimento. Nesse honroso título a Faculdade proclama motivos para se reconhecer, na pessoa de um homenageado simples e desprezioso, como instituição de excelência na pesquisa, no ensino e na difusão do conhecimento.

Sou de uma geração que subiu com espanto e orgulho, pela primeira vez, com os papéis da primeira matrícula nas mãos, os degraus de aces-

so ao saguão do prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Rua Maria Antônia nº 289. Subir era bem o termo: da rua para o solene, do senso comum para a ciência, da repetição para a criação, da resposta para a pergunta, do obscuro para o desvelado, do escuro para o claro (mesmo sendo eu aluno do curso noturno!), do feio para o belo. Senti naquele dia a estranha leveza de quem havia passado para o outro mundo. O que se confirmou logo na primeira aula de Introdução à Sociologia, o jovem professor Fernando Henrique Cardoso nos convidando a todos a entrar no mundo da sociologia pelas mãos ásperas de Talcott Parsons. Eu havia passado bem no exame escrito e oral do vestibular de português, mas me via agora em face de uma língua que não entendia. Não levou muito tempo para que eu fosse ler, em Wright Mills, que Parsons precisava ser traduzido para o inglês. Como, então, compreendê-lo em português, na tradução do intraduzível? Quando Parsons fez uma conferência aqui na Faculdade, nos anos sessenta, convidado por Florestan Fernandes, e saudado por Luiz Pereira, dei graças a Deus por ter aprendido sociologia com Fernando Henrique e não com Parsons. Naquele momento, não entendi Parsons, mas entendi perfeitamente o que Wright Mills quis dizer. O meu professor não ficou apenas em Parsons. Foi agregando autores, idéias, teorias, conceitos, questionamentos. Ele nos ensinava a pensar sociologicamente, com rigor e pluralismo, como é necessário na verdadeira ciência.

Por sorte, no curso de introdução à antropologia, as professoras Ruth Cardoso e Eunice Ribeiro Durhan nos falavam de uma outra ciência social, de seres de carne e osso, de culturas, verdadeiras alegorias poéticas da condição humana, o que é tão próprio da antropologia em face das muitas vezes incômoda *secura* da sociologia. Octavio Ianni, no segundo ano, nos ensinou a interrogar a realidade com método e com poesia. Gioconda Mussolini nos ensinava a falar dos ossos da antropologia física com o rigor do respeito pelos mistérios do evolucionismo e o lirismo que não se pode deixar de ter por nossos antepassados e nossos colaterais. Sobre tudo os macacos, que passei a já não temer descobrir no espelho sempre que faço a barba.

Marialice Mencarini Foracchi no rigor formal de suas aulas, da bem posta estrutura de pensamento, não conseguia deixar de introduzir uma sutil pitada de humor nos diferentes passos de suas exposições. Lembro dela contando o que era para ela o sentimento do dever: numa aula para uma sala lotada, pronunciando cadenciadamente as palavras de sua exposição, viu com horror uma mosca que vinha em direção à sua boca. Não teve coragem de interromper a exposição e manifestar seu nojo para não quebrar o decoro. Engoliu a mosca, além dos muitos sapos que ela e muitos de nós tivemos que engolir ao longo de anos difíceis aqui na Faculdade.

Paula Beiguelman, de Ciência Política, nos ensinava outro âmbito das ciências sociais, ao tratar as instituições políticas como construção interpretativa, verdadeiro rendilhado de conexões de sentido no processo político brasileiro, que sempre dá a impressão de que não chega a lugar nenhum. Fernando Novaes, nosso professor de História, com sua espantosa erudição e seu benvindo e indisfarçável incômodo com o marxismo vulgar, questionava os esquematismos com vigor e competência, e procurava nos mostrar que num documento do século XVIII não havia nem rastro de Karl Marx, que não era então nem mero espermatozoíde. Na história tudo tem o seu tempo, o maior dos quais é o desafio do tempo da pesquisa e da interpretação.

Para as aulas de geografia de Lea Goldenstein e de Pasquale Petrone tínhamos que fazer uma complicada viagem de bonde até Pinheiros, a pé ou de ônibus até o Instituto Butantã e pelo portão dos fundos, a pé, tínhamos que atravessar o imenso terreno quase vazio que era a Cidade Universitária, mero e longínquo projeto do que viria a ser. Não raro na lama, para chegar ao que é hoje o prédio velho da Reitoria, onde a Geografia se refugiara. Jeito esquisito, mas muito prático, de nos ensinar o que era a relação entre o homem e o espaço. Tínhamos aula na roça. Não foi estranho que, quando expulsos da Rua Maria Antônia, em 1968, e banidos para a Cidade Universitária, Dona Maria Isaura Pereira de Queiroz tenha lamentado o fato dizendo que ia sofrer muito com a mudança, pois sua família era muito urbana. Não raro para as aulas tive

que vir de botas e ainda quando comecei a ensinar sociologia no curso de Pedagogia e as condições de chegada até aqui eram as mesmas, de botas vim para enfrentar a lama. Creio que essa experiência acabou sendo também útil aprendido para realização da minha pesquisa de muitos anos na Amazônia.

Em minha vida acadêmica houve, também, e principalmente, Florestan Fernandes, que como professor era bem diferente do autor, embora nos dois casos fosse denso e erudito, desafiador. Quase desisti de fazer Ciências Sociais quando, antes de entrar na Universidade, comprei e tentei ler *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. Foi com o dinheiro de um prêmio ganho em concurso sobre a biografia de Américo Brasiliense de Almeida Melo, patrono do Instituto de Educação em que eu fazia o Curso Normal, o curso de formação de professores primários, para me tornar professor primário na roça, que era o meu projeto de vida. O prêmio era para que comprasse livros. Fui à Livraria Brasiliense e comprei quase uma prateleira inteira de livros de ciências sociais e de ciências humanas, que sem o prêmio nunca teria podido comprar, uns 40 volumes: Ralph Linton, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Josué de Castro e muitos mais. Foi o começo de minha biblioteca. Era o demônio tecendo sua trama, me tentando para as ciências sociais, me tirando do caminho da roça, professor primário na roça, que eu queria ser.

Como aluno do curso de graduação, vivi na Faculdade os últimos anos da era de ilusões e alegrias do nacional-desenvolvimentismo, a esperança de que o Brasil subdesenvolvido e imperfeito se transformaria num país de sonhos, em que as exceções, como eu e meus colegas de turma, do curso noturno, que trabalhávamos durante o dia, eram evidências de que o futuro estava chegando, o caminho da Universidade aberto a todos, todos com um livro nas mãos e um sonho na alma. O Brasil precisava apenas ser destravado. E as ciências sociais, particularmente a sociologia, estavam aí para diagnosticar as causas e os fatores do que, desde os anos cinquenta, os sociólogos brasileiros definiam como resistências à mudança. É verdade que nin-

guém se perguntava o que a mudança tinha de bom e necessário que a justificasse. Mas o país tinha que mudar. Até porque havia diversas mudanças possíveis em jogo e poucos falavam sobre as radicais diferenças e até os conflitos entre elas. Num certo sentido imaginávamos, à luz dos clássicos, que a mudança era inevitável e que resistir a ela, para os mais formais, era anômico, e para os mais afoitos, era alienação. Ninguém se perguntava qual é o desafio do anômico à criatividade social e como fator de sociabilidade. Nem se perguntava, como Marx já o fizera, aliás, o quanto a alienação é mediação necessária na invenção social, o quanto na refinada música objetivada e alienadora estava o meio de ocupar os ouvidos surdos com os refinamentos educativos da grande música para que, de fato, ouvissem. Nunca ouvi ninguém falando da eunomia em Durkheim como um modo sem graça de viver, a ação racional com relação a fins, de Weber, como uma doença social que pede com frequência o socorro da psiquiatria. Nem ouvi ninguém mencionar a alienação de Marx como postura patológica em face da vida das filhas, que ele vitorianamente reprimia, como se pode ler na troca de cartas entre ele e elas.

A sociologia parecia carregada de certezas lineares que a postura crítica do grupo da USP propunha que se visse na perspectiva rigorosa da dúvida e da indagação fundamentadas teoricamente. Foi somente Fernando Henrique Cardoso quem, no final de sua tese de livre docência, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, propôs o legado de uma pergunta de limite que poderia demarcar os dilemas dos sociólogos brasileiros durante os anos seguintes, que ele propôs quando ainda não sabia que seriam os anos sombrios da ditadura: sub-capitalismo ou socialismo?

Esses dilemas foram sumarizados por Florestan Fernandes no projeto de estudo *Economia e Sociedade no Brasil*, que sintetizava as criativas descobertas e interpretações suas e de seus assistentes numa definição de rumos da investigação sociológica na Cadeira de Sociologia I, de que ele era o titular, como sucessor de Roger Bastide e de Claude Lévi-Strauss, nosso primeiro professor de Sociologia. Foi a única vez em que a sociologia brasileira teve

um projeto abrangente, que trazia as indagações teóricas para o plano não só das contradições da realidade social, mas também, e sobretudo, para a pesquisa sobre o possível. Os estudos que já vinham sendo realizados na cátedra de Florestan propunham um inovador terreno de pesquisa, numa linha que poderia ser definida como a sociologia crítica da escola sociológica da USP. Crítica porque revia o conhecimento social e sociológico na perspectiva das interrogações de uma sociedade concreta, a sociologia aplicada como conhecimento de intervenção. A sociologia vista como uma ciência de indagações empíricas e questionamentos teóricos, a sociologia encarada como modalidade de conhecimento que sempre tem algo mais a dizer sobre o já explicado, como conhecimento aquém do a mais que a dinâmica social propõe no objeto permanentemente em mudança. Nesse sentido, a própria sociologia como objeto de conhecimento em face da realidade que é sempre potencialmente outra em relação ao já descrito e já explicado.

Fui aluno de Ciências Sociais, portanto, num momento em que a Cadeira de Sociologia I, desenvolvia projetos de pesquisa que propunham a sociologia como ciência não só do que a sociedade é, mas também do que pode ser no vir a ser bloqueado pelos atores e causas do atraso, mas da demora social em face das possibilidades históricas da sociedade.

Quando, em 1963, a incerteza política começou a invadir o cenário social, o projeto de Florestan Fernandes e seus assistentes começou a mostrar todo seu sentido e toda sua importância como programa de ciência. Naqueles dias já era visível que estávamos na iminência de mudanças que poderiam ser mudanças bruscas e profundas. Lembro de que, sendo eu ainda aluno e já auxiliar de pesquisa, visitou o grupo de Florestan o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, pai da pesquisa-participante. A conversa girou em torno das incertezas políticas do Brasil e terminou com o oferecimento de acolher em Bogotá os que eventualmente viessem a precisar de um lugar para dar continuidade às suas pesquisas. Nas vésperas do golpe de Estado, numa reunião na sala um do prédio da Rua Maria Antônia professores

debateram o desfecho iminente dos impasses políticos e o grande temor era o de que João Goulart tentasse o golpe. O que tinha sentido e fundamento. Jango tentava repetir Getúlio. Mas, como já dissera em tempos idos um alemão barbudo muito sábio, a história não se repete senão como caricatura.

Muitos intelectuais temiam essa possibilidade, como também temiam a do contra-golpe, que acabou ocorrendo, pois tanto num caso como no outro o retrocesso político era evidente e a alteração das condições do ensino e da pesquisa na área de ciências humanas era um risco real. O golpe militar, horas depois, as primeiras prisões, os inquéritos policial-militares, tudo criou um cenário adverso na Universidade, cujo extremo alcance Florestan Fernandes compreendeu. Nos quatro anos seguintes, antes das cassações, promoveu a aceleração das pesquisas dos que ainda não haviam feito mestrado e doutorado. Em 1964, ainda aluno de graduação, eu já estava com um projeto de pesquisa pronto sobre a modernização na agricultura paulista, orientado por Octavio Ianni. Em poucos meses, em 1965, realizei a pesquisa comparativa em diferentes e díspares regiões do Estado e fiz minhas primeiras observações relativas à revisão crítica do dualismo que, no plano teórico, Ianni tinha proposto em seus cursos de graduação e em seus artigos e livros. Essa crítica tinha duas matrizes aqui na USP. Ianni sublinhava o quanto o dualismo era uma explicação mecanicista que no plano do conhecimento impedia que se visse, se reconhecesse e se compreendesse a historicidade contida na mesma realidade social dicotomizada.

Aqui na Faculdade de Filosofia, a crítica do dualismo tinha duas referências originárias e originais. De um lado, nos anos cinquenta, o questionamento dos estudos de comunidade (e da correspondente concepção de tradicionalismo) por Gioconda Mussolini, estudiosa das comunidades caiçaras. Foi ela quem sublinhou primeiro que o modelo tribal de comunidade que constituía o pressuposto teórico de autores como Robert Redfield e George Foster não dava conta de que as comunidades camponesas, no nosso caso as comunidades caipiras e caiçaras, não são comunidades fechadas e

verdadeiras porque atravessadas por relações e tensões societárias. De outro lado, a interpretação de Antonio Candido sobre o que se poderia chamar, e assim tenho interpretado, de historicidade do tradicionalismo. Em *Os Parceiros do Rio Bonito*, ele faz uma leitura das concepções de Robert Redfield sobre a relação sociedade e natureza à luz das idéias de Karl Marx e Friedrich Engels, em *A Ideologia Alemã*, sobre o mesmo tema. Ao identificar no bairro rural a unidade dos mínimos sociais, historicamente determinada, correspondente dos mínimos vitais das populações caipiras, de uma modalidade de relação do homem com a natureza e com a construção da sua própria humanidade, que é momento de uma totalidade em movimento, abriu um dos caminhos criativos para o uso da comunidade como método de investigação. E o fez sem desconectá-la da totalidade dinâmica de seu sentido no movimento das determinações históricas da transformação social ou, como interpretava o antropólogo americano, da transição. Tanto as análises antropológicas de Gioconda Mussolini quanto as análises sociológicas de Antonio Candido constituem ricas evidências do que foi o pensamento crítico enraizado do grupo da USP. Constituem bases e referências do desenvolvimento de uma crítica da razão dualista, de natureza metodológica, uma busca para descobrir nas contradições de uma polarização que encobria ao reduzir e simplificar a dinâmica social.

Antes que o dualismo se firmasse ou durante a fase mais aguda da sua disseminação, a partir da obra de Jacques Lambert, as constatações de Gioconda e de Antonio Candido, ofereciam uma referência fundamental para situá-lo no que se poderia chamar de ideologia do desenvolvimentismo e, portanto, descobrir o que por trás do desenvolvimentismo se ocultava, aquilo que o dualismo não permitia ver nem compreender. *Os Dois Brasis*, de Lambert, ganharia uma edição em português patrocinada pelo Ministério da Educação e marcaria, direta ou indiretamente, as outras polarizações que dominaram o pensamento social e econômico no Brasil desse período, como a de subdesenvolvimento e desenvolvimento, título, aliás, de um livro de Celso Furtado, as formas tradicionais de economia e sociedade

responsabilizadas pelo atraso do país, o Estado desenvolvimentista empenhado em vencê-las. A própria sociologia, nas escolas de agronomia, era usada como instrumento de identificação não apenas das causas do atraso, mas, num certo sentido, identificação dos culpados pelo atraso.

No meu trabalho de campo foi fácil colher evidências de que o tradicional e o moderno eram abstrações que não tinham substância social, a não ser analítica, e não se opunham, antes se condicionavam reciprocamente nas condições adversas da economia agrícola de base familiar. Como propus, é aquela uma economia de excedentes não monetários que garantem a redução de custos da produção propriamente mercantil; que era, também, o meio e tem sido a forma do trabalho agrícola reduzir os custos de reprodução da força de trabalho industrial, viabilizando salários reduzidos e criando um lucro extraordinário nos setores de mais alta composição orgânica do capital, justamente os mais modernos. Isto é, o moderno nutrindo-se do tradicional e também do atrasado, recriando-os nas insuficiências que o aprisionam. Tanto reduz a economia de excedentes os custos da sua própria força de trabalho quanto põe entre parênteses a renda fundiária, o que a faz, no conjunto da economia, uma variante da acumulação primitiva do capital e um fator da reprodução ampliada do capital. O atraso e o rústico estavam plena e significativamente inseridos na racionalidade do capital e da acumulação capitalista. Escrevi os primeiros textos baseados na pesquisa, em 1968, e Florestan Fernandes os fez publicar em 1969 na revista *América Latina*, do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, e na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* da Universidade de São Paulo. Eu os republicaria, em 1975, como capítulos de meu livro *Capitalismo e Tradicionalismo*, título que, finalmente, situava claramente o lugar da minha crítica do dualismo e o terreno teórico em que me movia.

Embora a pesquisa já estivesse pronta, o professor Florestan Fernandes conversou comigo sobre a possibilidade de adiantar o meu mestrado, ainda que eu estivesse dentro dos prazos. A tentativa de prisão de Fernando

Henrique pelo Dops, em 1964, e seu exílio no Chile, a prisão de Florestan pelo Exército, em 1965, e minha prisão pelo Dops, em 1966, o deixaram preocupado com a possibilidade de que o grupo, por falta de enraizamento institucional e de estabilidade, pudesse ser desfeito por simples demissão sumária de vários de nós. Expliquei-lhe que, por sugestão e indicação de Fernando Henrique, eu tinha participado da pesquisa sobre a formação e desenvolvimento dos grupos econômicos no Brasil, coordenada por Maurício Vinhas de Queirós na então Universidade do Brasil e havia preparado uma dúzia de monografias sobre grupos econômicos paulistas. Disse-lhe que, no meu modo de ver, a pesquisa sobre a formação do grupo Matarazzo, um grupo emblemático da história industrial paulista, suportava uma interpretação sociológica. Leu a monografia e sugeriu que eu a transformasse rapidamente em dissertação. Foi o que fiz.

O caso Matarazzo permitia uma leitura da história da nossa industrialização oposta à de autores como Celso Furtado, cujo livro *Formação Econômica do Brasil* era então leitura obrigatória de todos que se interessassem pelo tema. O livro fez muito sucesso ao explicar a industrialização brasileira como resultado de um acidente histórico que teria promovido a interiorização dos mecanismos e fatores do desenvolvimento econômico e dos chamados centros de decisão. Com a crise de 1929, a diminuição das exportações, particularmente a de café, a adoção da política de compra e queima dos cafés estocados, o país se viu sem lastro para importar industrializados. Ao mesmo tempo essa política manteve o fluxo de renda e emprego e estimulou a industrialização interna, a economia voltada para dentro. A hipótese de Furtado vinculava-se à ideologia nacional-desenvolvimentista relativa ao Estado como demiurgo e questionava o livre-mercado como fator de desenvolvimento. A interiorização dos centros de decisão econômica, propunha ele com razão, era questão política e não questão meramente econômica.

No entanto, minha leitura da obra de Furtado mostrava que em seu livro faltava um capítulo fundamentado sobre a industrialização, que ele supri-

ra com a famosa hipótese da política de socialização das perdas na compra dos cafés estocados e os mecanismos pré-keynesianos da política econômica adotada pelo novo Estado brasileiro oriundo da Revolução de Outubro de 1930. Uma política supostamente inconsciente e auto-defensiva mantivera o fluxo de renda e a demanda, constituindo-se assim num fator de industrialização. Minha pesquisa, no entanto, me levava ao relatório do Ministro da Fazenda do Governo Provisório, José Maria Whitaker, exportador de café e banqueiro, que explicitamente justifica a política de queima dos estoques de café como política de manutenção do fluxo de renda para não paralisar os negócios e não bloquear a economia. Era necessário assegurar a continuidade do trabalho e do pagamento dos salários. Um explícito reconhecimento de que a dependência externa era relativa e de que havia uma capacidade industrial já instalada que atendia boa parte da demanda interna de industrializados. Provavelmente, a crise internacional atingiu, aqui, sobretudo a economia de bens ostensivos, de origem externa, uma economia do supérfluo que não afetava o essencial da economia brasileira, tema que até hoje não foi estudado.

Além disso, minha pesquisa mostrara, como também a de Antônio Carlos de Godoy, meu parceiro no projeto da Universidade do Brasil, que estudou outra dúzia de grupos econômicos, que os grandes grupos nasceram ou se estabeleceram no País no ciclo da Abolição, da imigração e do Encilhamento e a maioria deles já se consolidara antes da Primeira Guerra Mundial. A abolição, sim, destravara o caminho do mercado e da industrialização, sobretudo a decorrente imigração subvencionada, que socializara os custos da abolição da escravatura na reposição gratuita de mão-de-obra estrangeira nas grandes fazendas de café já consolidadas e nas que se expandiam em direção ao oeste. Não poucas indústrias de bens de consumo haviam criado suas próprias oficinas mecânicas, nas quais reparavam máquinas importadas e até mesmo faziam máquinas ou peças substitutivas de reposição. Sem contar que desde o fim do século XIX a Escola Politécnica de São Paulo e o Liceu de Artes e Ofícios formavam engenheiros e técnicos que se notabilizariam na revolução industrial ocorrida em São Paulo após a Abolição. Algu-

mas daquelas oficinas acabariam se autonomizando e se transformando em indústrias de bens de capital. Quando veio a Primeira Guerra, as indústrias brasileiras puderam continuar funcionando normalmente e suprir o mercado de industrializados com sua própria produção, pois operavam com capacidade ociosa, como mostram documentos da época. Sem contar que em 1929, quando da crise, vários desses conglomerados econômicos tinham investimentos não só na indústria, mas também no comércio, nos bancos e nos transportes, com estrutura portanto de economia avançada e não de indústria inaugural. Meus reparos chegaram ao conhecimento de Celso Furtado tempos depois. Justificou-se ele, com evidentes sinais de irritação, com um longo artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, sem fazer qualquer referência ao meu livro, publicado em 1967. Ele, aliás, havia se omitido em relação à importância que a obra de Caio Prado Júnior tivera na elaboração de seu livro.

Com as aposentadorias compulsórias em 1969, a Faculdade de Filosofia e sua Cadeira de Sociologia I, perderam vários de seus nomes de referência. Logo após o anúncio da aposentadoria do Professor Florestan Fernandes, pela *Voz do Brasil*, seus assistentes se reuniram em sua casa. A primeira recomendação dele foi a de que não se cometesse o erro cometido antes na Universidade de Brasília, em que os não cassados se demitiram em solidariedade aos cassados, abrindo caminho para a mutilação política do projeto de Universidade de Darcy Ribeiro e facilitando a intervenção da ditadura. Deveríamos ficar e dar continuidade ao projeto acadêmico da Cadeira de Sociologia I. Dias depois, mais professores foram cassados nos vários cursos. O Conselho de Segurança Nacional, em que tinham assento pelo menos dois professores da USP, um deles o próprio ministro da Justiça, que fora reitor desta Universidade, decidiu dar um golpe de morte na Universidade de São Paulo. Em particular, na sua Faculdade de Filosofia, privilegiado reduzido da influência da Missão Francesa e do pensamento crítico gestado pelo enraizamento das várias ciências humanas e sociais, particularmente a sociologia, a ciência política, a filosofia e a história. Para servir à ditadura, o ministro não hesitou em sacrificar sua própria Universidade.

No início de 1970, fui para o campo fazer minha pesquisa de doutorado, no Alto e no Médio Paraíba, região propícia ao estudo comparativo entre uma área de agricultura e pecuária muito modernas, a do Vale, e outra reconhecida, desde o famoso estudo de comunidade de Emilio Willems, a da montanha, como reduto da cultura e da sociabilidade caipiras e tradicionalistas. Na ausência de listagens confiáveis de bairros e famílias, fui o primeiro a adotar o levantamento aerofogramétrico, já existente, como base de referência para calcular e extrair uma amostra em que eu tivesse acesso aos diferentes grupos sociais com base num critério objetivo. E não com base na intuição e na informação impressionista que haviam limitado os estudos até então feitos por antropólogos, sociólogos e geógrafos sobre a sociedade e a cultura caipiras. Esse recurso apresentava séria dificuldade. No percurso de uma trajetória linear, o avião que fotografa sobrepõe 40% de uma fotografia a outra para compensar a deformação da curvatura da terra na hora de fazer os mapas. Não era possível simplesmente sortear as fotos da amostra porque haveria esse viés, algumas áreas do chão com maior probabilidade de integrar a amostra do que outras. Encontrei uma solução por meio da identificação do retângulo no solo, o que foi feito por estudantes de geologia, localizando os bairros rurais que tinham sua maior área em determinada foto e, portanto, só nela. Desse modo, a unidade sociológica de referência da pesquisa, o bairro, passava a ter uma única probabilidade de entrar na amostra. Bairros eram identificados, listagens de moradores eram feitas e então tinha início o trabalho de campo.

Naquela época, já estava em andamento uma clara desqualificação dos estudos rurais entre estudantes de Ciências Sociais, e mesmo entre professores. Na Universidade, uma difusa e complicada ideologia do progresso inevitável e desejável, desvalorizava o mundo rural como objeto de pesquisa e, por implicação, estigmatizava pesquisadores que a seu estudo se dedicassem. Era como se não tivessem competência para fazer as supostamente sofisticadas análises pretensamente teóricas porque referidas a objetos abstratos e não raro fantasiosos. Entre estudantes, muitos achavam que do real só era digna

do interesse dos sociólogos em formação a classe operária, a classe social do futuro, a única capaz de criar para a classe média politicamente impotente a sociedade nova que essa mesma classe não tinha condições históricas de criar. Mesmo remunerando os pesquisadores, com recursos de um financiamento da Fapesp, comigo em companhia deles no campo, não consegui na Faculdade de Filosofia um único estudante que se interessasse pela possibilidade dessa experiência única. Consegui formar uma dedicada e competente equipe de entrevistadores com estudantes de Ciências Sociais da Fundação Santo André.

Terminada a trabalhosa e minuciosa pesquisa, confirmou ela o que foi indevidamente chamado, pelos críticos de ocasião, de “funcionalidade do atraso”. Era, na verdade, o processo que, por um conjunto de mediações históricas e culturais, assegurava a dinâmica e a racionalidade dos processos dominantes, modernizadores, que os trabalhos ensaísticos haviam segregado das relações concretas que lhe davam sentido.

Mas fui novamente assediado pela urgência política da situação adversa em que se encontrava o grupo que restara da liderança intelectual do Professor Florestan Fernandes. O professor Luiz Pereira, que compartilhava com a professora Marialice Mencarini Foracchi a liderança do que restara do grupo da Sociologia I e com ele dividira a responsabilidade pela orientação dos pós-graduandos que haviam ficado sem orientador, pediu-me que examinasse a possibilidade de acelerar meu doutorado. Era impossível fazê-lo com os dados da complexa pesquisa do Vale do Paraíba, que pediam demorada análise. Sugerir-lhe, então, a alternativa de utilizar os dados de outra pesquisa que fizera, sobre a imigração italiana e o núcleo colonial de São Caetano, que eu poderia transformar em tese rapidamente. Combinamos que essa era a alternativa de urgência. Eu havia feito descobertas interessantes sobre os estudos de comunidade, que em vez de impugná-los tornava-os viáveis se os grupos de tipo comunitário pudessem ser estudados a partir da utopia comunitária que sobrevivia nos interstícios de sua organização e nos seus valores de referência. Nesse caso, o estudo crítico a partir de uma tota-

lidade fenomênica de referência, uma superestrutura imaginária, tornava possível reconhecer as tensões societárias desagregadoras, que também estavam presentes na vida desses grupos, como tensões informadas pela busca impossível contida na utopia conservadora e, por isso, questionadora das coisificações e desagregações próprias da sociedade moderna.

Tanto no mestrado quanto no doutorado, a conclusão dos trabalhos foi possível porque desde a adolescência e desde a escola secundária eu me tornara um competente autodidata. No mestrado conversei com meu orientador uma única vez, quando ele considerou boas minhas ponderações sobre as descobertas contidas na pesquisa sobre o caso Matarazzo. O mesmo se deu no doutorado. Expus a Luiz Pereira o meu plano, o travejamento teórico do trabalho, que permitia pensar a imigração como processo de criação social e não propriamente de assimilação e a partir daí trabalhei sozinho. Não lamento esse fato, que seria negativo na história de qualquer instituição universitária. Naquela quadra histórica não havia outra alternativa e o autodidatismo me dava uma liberdade de interpretação e de criação que eu não teria se ficasse dependente de diretrizes distantes de meus temas de pesquisa se me ativesse aos pontos de vista dos orientadores formais. Havia apenas a responsabilidade de cada um de nós na preservação da preciosa tradição intelectual de que Florestan era o depositário, o nome e o símbolo.

Tive que deixar temporariamente de lado pesquisas de grande alcance para tratar de temas menores e de urgência. Mas dei a eles tratamento teoricamente inovador em face de orientações interpretativas consolidadas. Aquele era um tempo de ousadias, arriscadas mas necessárias. Há sempre uma descoberta a fazer e uma contribuição teórica possível quando se consegue problematizar apropriadamente mesmo um tema que não está nos grandes destaques da sociologia do momento ou que parece ter-se tornado antiquado em face das preferências da hora. Tenho tido grande prazer no trabalho que faço e penso que temas menores acabam nos colocando em face de desafios maiores e mais compensadores. Acabei, provavelmente por

isso, me tornando um pesquisador que vê e interpreta a sociedade a partir de suas referências minúsculas e aparentemente irrelevantes. O que, no geral, pode até contrariar interpretações dominantes e de grande popularidade no meio acadêmico. Todos os meus trabalhos, de livros a artigos, foram beneficiados por essa concepção particular da sociologia crítica.

Vários desses temas demarcados no início de minha carreira eram temas conexos de outros relativos às grandes interpretações sobre o Brasil e às suas implicações teóricas. A questão teórica da crítica da razão dualista e a questão empírica da imigração na formação da força de trabalho agrícola e dos impasses teóricos com esse tema relacionados, quanto ao padrão do processo histórico que se propunha singularmente entre nós, retornou em *O Cativo da Terra*. Esse livro nasceu de um desafio teórico proposto na realização de um seminário sobre modos de produção, promovido pela Universidade Nacional Autônoma do México, em Cuernavaca, em abril de 1978. Ali se reuniram quase todos os autores mais conhecidos do debate latino-americano sobre modos de produção e sobre a transição para o capitalismo. Debate que se esgotara nas suas premissas equivocadas, quanto a de que tipo de sociedade a transição partia, e nas insuficiências tanto empíricas quanto teóricas, porque em boa parte desfigurado por um marxismo limitante, formalista e classificatório, de inspiração althusseriana.

Fernando Henrique Cardoso, um dos organizadores do seminário, resumiu seu fundamental livro sobre *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, sua criativa e inovadora tese de doutorado sobre a formação do capitalismo no Brasil. Estava a seu lado o famoso historiador marxista francês Pierre Vilar que, completamente surpreso, quis saber se o livro já havia sido publicado, pois aquela interpretação mudava completamente o quadro teórico que, justamente, motivava o debate cujos principais representantes ali se encontravam.

Minha contribuição, ali apresentada, desdobrava, justamente, aquela mesma linha de pesquisa e interpretação. Minha pesquisa sobre o regime de

colonato nas fazendas de café mostrara que o trabalho livre, em substituição ao trabalho escravo, não podia ser definido como típico trabalho assalariado nem se tratava de um regime pré-capitalista de trabalho que, por seu caráter pretérito, seria inevitavelmente substituído por relações formais e modernas de assalariamento. O regime de colonato, baseado no trabalho do imigrante, combinava inventivamente o salário, a renda da terra em trabalho e a servidão do trabalho gratuito, num processo de criação de riqueza presidido pelo capital e coroado por uma ideologia da ascensão social pelo trabalho que culminaria na transformação do colono em pequeno proprietário. Uma inventiva inovação social pela qual os grandes fazendeiros de café criaram um poderoso sistema de produção não-capitalista de capital articulado com sua reprodução capitalista. Um dos fundamentos, aliás, da atualização do conservadorismo social e político brasileiro.

Os supostos antagonismos dessas realidades polares não se negavam, como supunham os muitos autores de ensaios teóricos que trataram da transição para o capitalismo. Ao contrário, a pesquisa empírica oferecia evidências quanto ao fato de que não estávamos em face de estruturas antagônicas, mas em face de momentos e contradições de um mesmo processo de acumulação e reprodução de capital. Em boa parte, foi essa a opção consciente de uma elite que floresceu já no regime de escravidão e que teve clareza quanto a criar um sistema de acumulação de riqueza que assegurasse a industrialização, o desenvolvimento econômico, a revolução urbana e a revolução cultural. Esta Universidade é, sem dúvida, um dos mais significativos frutos dessa opção e dessa lucidez. Em decorrência dessas constatações, agreguei que a escravidão ficaria melhor interpretada não como modo de produção, como se pretendia em nome de um marxismo mutilado, se compreendêssemos o escravo como renda capitalizada. Cujo perecimento se propôs historicamente pela mesma razão que a renda territorial capitalizada está em contradição com o capital e sua anômala existência pressiona no sentido de reformas e mudanças, propostas até mesmo por sujeitos políticos movidos por interesses contrários entre si. Meu trabalho foi apresentado em

Cuernavaca várias semanas antes da publicação de *O Escravismo Colonial*, de Jacob Gorender, que adota outra perspectiva em relação ao tema, bem distante da que era própria do que, desde os anos cinquenta, constituía a linha da investigação teórica da chamada escola de sociologia da USP.

Nessa altura já estava claro para mim que os pressupostos do projeto *Economia e Sociedade no Brasil* e a orientação e as descobertas dos diferentes assistentes de Florestan Fernandes, quanto a conhecer criticamente as singularidades da sociedade brasileira, constituíam a fecunda referência para a continuidade da pesquisa sociológica criativa e reveladora. Em 1970, preparei para uma das sessões da SBPC um pequeno texto de síntese crítica das idéias correntes, entre geógrafos e antropólogos, sobre a chamada frente pioneira. Estávamos no limiar da avalanche de decisões políticas do regime militar sobre a ocupação da Amazônia, a última grande fronteira do mundo. Usei esse texto como base de um projeto que comecei a executar em 1975, numa pesquisa artesanal e solitária que se estendeu da Pré-Amazônia Maranhense ao Pará, a Goiás, ao Mato Grosso, a Rondônia e ao Acre. Foram cerca de 20 anos de trabalho, cerca de dez mil páginas de caderno de campo, centenas de horas de gravações e milhares de documentos recolhidos, algumas ameaças de morte, vários conhecidos assassinados, até mesmo pessoas que me abrigaram em suas casas; milhares de quilômetros percorridos de avião, de ônibus, de barco, de carona, de bicicleta e a pé. Armava minha rede onde desse. Dormi em baixo de altar, em alpendre, em tijupá de roça, em sindicato e até em pensão e hotel. Viajei pelos grandes rios brasileiros, não só na Amazônia: o Amazonas, o Tocantins, o Araguaia, o São Francisco. Em nenhum momento deixei de dar minhas aulas aqui na Faculdade, tentando concentrá-las num semestre para fazer pesquisa em outro. Em 1978, fiz o tumultuado concurso de regularização de minha situação funcional aqui na escola, que foi uma verdadeira feira de vaidades, em meio às complicadas demandas dessa pesquisa. Após a última prova do concurso, viajei naquela mesma tarde e dois dias depois eu já estava em Conceição do Araguaia, dando seguimento à pesquisa. Fui conhecer o justo e correto resultado do concurso um mês depois, proclamado por uma banca responsável e isenta.

De quebra, recebi uma intimação para depor na Comissão da Amazônia, uma comissão permanente, na Câmara dos Deputados, em que fui aciniosamente interrogado sobre as fontes financeiras que asseguravam o meu trabalho. Ao chegar a Belém do Pará, pelo rio, eu denunciara a jornais a ocorrência de trabalho escravo. Provavelmente, queriam saber se por trás da minha pesquisa estava o ouro de Moscou. Não me restou outra alternativa, como pode ser lido no *Diário do Congresso Nacional* em que meu depoimento foi publicado, senão dizer a verdade: minha pesquisa foi praticamente toda financiada pela Fundação Martins de Amparo à Pesquisa.

Não raro troquei palestras em universidades por pagamento de transporte e alojamento. Não faltaram situações cômicas e perigosas quando, numa armação dos moradores de um povoado na fronteira do Maranhão e do Pará fui entrevistar na mata um cidadão completamente diferente de todos os outros habitantes da região, pela fala e pelo modo de se vestir. Gravei a entrevista, só nós dois ali no seu rancho, no meio da mata. Para meu espanto, ele começou a sussurrar para o gravador o que foi ficando claro ser o seu relatório de espionagem para o Serviço Nacional de Informações, em Brasília. É espantoso que com espões assim essa ditadura tenha durado tanto. Sem ter esse propósito eu havia entrado na ampla área do rescaldo da chamada Guerrilha do Araguaia, uma área de grandes tensões sociais, meu objeto de estudo, que nada tinham a ver com a guerrilha. Fui salvo pelo temporal que se armou. Recolhi minhas coisas, dei-me por satisfeito, despedi-me e disparei pela trilha da mata, em baixo de chuva, em direção ao povoado. Eu nem havia levantado de minha rede, na manhã seguinte, no rancho em que me alojara, quando fui procurado por ele, que me levou para longe de ouvidos indiscretos, para confessar que havia cometido um engano. No fundo, queria de volta a gravação, que não devolvi. Ele fora induzido a me confundir com outra pessoa. Meia hora depois, os próprios moradores me tiraram do povoado, numa C-10, por uma vicinal precariamente aberta na mata e me levaram para a estrada, a dez quilômetros de distância, onde só após um dia inteiro de espera consegui transporte para Imperatriz.

Resultados dessa pesquisa estão no meu livro *Fronteira – A degradação do Outro nos confins do humano*. Retrabalhei a concepção de fronteira sociologicamente, como fronteira da condição humana, onde a vida social tem esse limite como referência de valores, de relacionamentos e de conflitos. A fronteira como lugar de violência fundadora, constitutiva de sociedade que nasce, de raptos étnicos para cobrir déficits demográficos, de escravidão por dívida para viabilizar o capitalismo onde, de outro modo, ele não chegaria.

Um dos resultados importantes dessa demorada pesquisa, na engenharia política da expansão da frente pioneira na imensa região amazônica, foi a constatação de que a ditadura militar optara por reordenar os fundamentos sociais da sociedade brasileira. Na perspectiva de Marx, a renda da terra está em contradição com o capital, contradição que não só funda os grandes embates e confrontos políticos da sociedade capitalista, como também pede para ser socialmente removida, contradição fundamental de um embate político e histórico na consolidação do capitalismo. O regime militar optou por seguir o caminho oposto ao do reconhecimento da negatividade da renda fundiária na reprodução ampliada do capital. Instituiu a política de incentivos fiscais para as empresas que fizessem investimentos na Amazônia, o que se concretizou sobretudo com a abertura de fazendas de gado de corte. Na prática, para receber do Estado a doação de 75% do capital da empresa incentivada, o beneficiado tinha que adquirir a propriedade da terra, mesmo que a propriedade tivesse sido constituída por meios ilegais, como a grilagem. Histórica e sociologicamente, isso significa que o Estado, no confronto entre capital e renda da terra, robusteceu a renda fundiária e socializou os custos de redistribuição do capital, privando a sociedade inteira dos benefícios de uma parte dos tributos arrecadáveis. Nesse sentido colocou definitivamente a renda territorial, consorciada com o capital, como fundamento social e político da sociedade brasileira e do desenvolvimento brasileiro, e optou, em consequência, por permanente referência conservadora para nossa vida política. Esse é o marco político em que nos movemos e nos moveremos durante muito tempo.

Uma segunda constatação, importante, da pesquisa na Amazônia, foi a de que a espantosa disseminação do trabalho escravo, cujo número chegou a 400 mil nos anos setenta, em decorrência da expansão da fronteira econômica, sobretudo na derrubada da mata e na formação das novas fazendas, só é viável como expansão territorial do capital mediante a invenção ou restauração de relações arcaicas de trabalho. O trabalho escravo empregado na abertura das novas fazendas amazônicas não tem sido o mesmo trabalho escravo da escravidão negra e nem mesmo o da escravidão indígena. Na escravidão negra, o escravo era propriedade e coisa, mercadoria, renda capitalizada. Nesta, é trabalhador subjugado, raptado e desviado do mercado de trabalho capitalista, de seus valores e de suas concepções, condenado ao trabalho forçado para se conformar com a redução do valor de sua força de trabalho à manutenção de uma composição orgânica do capital falsamente alta. Para que o novo empreendimento agropecuário se estabeleça como empreendimento capitalista constituído sobre bases não capitalistas, embora não necessariamente pré-capitalistas. Desse modo, essa economia funciona como se fosse economia moderna, regulada pela taxa média de lucro, mas apoiada em artificial redução dos custos do trabalho mediante violência física. Relação de trabalho violenta porque baseada na sobre-exploração da força de trabalho que, diferente do uso capitalista do trabalho, não é regida pela reprodução do trabalhador, mas sim pela premissa de que se trata de um trabalhador descartável.

Na mesma época, os antropólogos, vários deles aqui desta Faculdade, foram autores de verdadeira e notável epopéia nas pesquisas que fizeram na Amazônia e nos numerosos e excelentes estudos localizados sobre grupos tribais, verdadeiras maravilhas antropológicas e literárias. A antropologia brasileira ampliou consideravelmente nessa fase o mapa da condição humana nesta parte do mundo, a riqueza das diferenças, das línguas, das culturas, dos modos de vida. No entanto, a sociologia não seguiu o mesmo caminho. Não aproveitou o momento de devastadora expansão da última grande fronteira do mundo para escapar da prisão ideológica que Paris e as metrópoles

têm representado para muitos, para se dedicar à descoberta das singularidades desta sociedade onde elas se propõem. Creio que fui o único sociólogo brasileiro a se dedicar à pesquisa sobre uma realidade fugidia e em periclitamento, que é a da fronteira, em toda sua extensão, fora dos marcos da pesquisa restrita ao território dos estudos de caso. Uma fronteira que tinha que ser estudada com urgência em face da devastação, sobretudo a devastação humana. E por me opor a essa devastação, assim como fizeram os antropólogos em defesa dos índios, retribuí aos que me ensinaram o que eram e o que sabiam, com o que sou e sei. A mediação do conhecimento sociológico, difundido em reuniões, retiros e encontros de estudo com vítimas, trabalhadores, agentes sindicais e agentes de pastoral, foi uma novidade histórica num amplo movimento social que se desenhou não só em favor dos direitos sociais dos que da terra vivem. Mas também em favor, por parte deles, de uma compreensão moderna e não messiânica dos processos sociais e políticos que os vitimavam. Alguém deu o nome de universidade popular e itinerante aos muitos pequenos cursos que dei a trabalhadores rurais, índios, sindicalistas, agentes de pastoral – a Unipop. Contribuí para a formação de quadros no campo, em geral em regiões que nunca conheceram a organização sindical e o partido político. Nesse sentido, como extensão de meu trabalho de pesquisador e de professor, juntei-me ao minúsculo grupo de acadêmicos que, com objetividade e isenção, contribuiu decisivamente para dar uma cara rural às lutas sociais e fazer dos trabalhadores rurais protagonistas definitivos da modernidade política brasileira.

A concepção de sociologia que aprendi aqui na Faculdade não se baseava nas segmentações do tipo rural-urbano. Nada é mais rural do que a cidade de São Paulo. E o urbano pode ser facilmente encontrado nos confins do sertão, lugares a que chegaram o avião, o rádio, a televisão. As situações sociais dos assentamentos humanos estão determinadas por processos sociais cujos tempos desencontrados são indevidamente classificados como “rural” e “urbano”. É na dialética de uma orientação teoricamente crítica do real que se pode compreender o que Henri Lefebvre definiu como o desenvolvi-

mento desigual que está no âmago das contradições sociais que determinam, mediatizando-o, o movimento pelo qual a sociedade tende a se repetir e a se transformar ao mesmo tempo. É nele que se constitui tanto a vida cotidiana quanto a cotidianidade. Foi nessa perspectiva que fiz as pesquisas e os estudos que resultaram em três livros sobre o subúrbio: *Subúrbio, A Sociabilidade do Homem Simples e A Aparição do Demônio na Fábrica*. Assim como ocorreu em minhas outras pesquisas, também nesses trabalhos optei pelo que é liminar, uma opção metodológica que se situa na perspectiva do que Henri Lefebvre define como analisadora-reveladora. O próprio real contém situações que, devidamente identificadas, são metodológicas em si mesmas e, por isso, reveladoras de aspectos substanciais da realidade que de outro modo não se conheceria. No caso, esse foi o caminho para compreender a metrópole naquilo que ela diz não ser, e no entanto é, na orientação lefebvriana de identificar os descompassos entre o real e o possível, os tempos de mediação da práxis e da constituição do urbano. Nessa orientação, pude trabalhar a questão espacial da acumulação capitalista entre nós, o centro como acumulação de possibilidades, acumulação da cultura e não só do capital. A margem, o subúrbio e a periferia, como lugares residuais do desenvolvimento desigual, como materializações espaciais da privação e da exploração do trabalho.

De certo modo, em *O Poder do Atraso*, na proposta de uma sociologia da história lenta, summarizei as constatações que fiz, em várias pesquisas, sobre a gestação social e a recriação do conservadorismo brasileiro, no campo e na cidade, como uma referência estrutural do que é o Brasil politicamente, do que pode ser e do que não tem condições de ser. Meu interesse pela cultura popular, uma referência para esse tipo de compreensão de uma sociedade como a nossa, é para mim bela herança do que foram, aqui na Faculdade de Filosofia, os valores de orientação do diálogo do europeísmo teórico e erudito dos professores da Missão Francesa com as tradições populares locais, representadas sobretudo pela obra de Mário de Andrade. Devemos muito a Roger Bastide por seu lúcido e criativo interesse pelas tradições do

povo, que o legou a Antonio Candido, Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiroz, e que, de algum modo, teve herdeiros também em outros docentes da Faculdade de minha época. O primeiro trabalho de Octavio Ianni foi um estudo sobre o samba de terreiro em Itu.

Sou de uma geração que ainda se beneficiou dessa herança, benefício que, no meu caso, se concretizou em meus estudos sobre a música caipira, sobre a morte e sobre o sonho. Minha compreensão do atraso e do conservadorismo brasileiro, numa perspectiva não-folclorística, é voltada para a identificação do possível que foi aprisionado nos marcos e cercos que o iluminismo de muitos intérpretes do Brasil relegou ao descabido desprezo pela cultura subalterna, porque tida como impertinente resíduo do passado. O revigoramento político desse conservadorismo nos movimentos sociais, sobretudo nos movimentos populares, constitui uma das significativas evidências do equívoco desse desprezo. Equívoco, aliás, muito claro nos que tentam aparelhar, instrumentalizar partidariamente e dirigir esses movimentos num cenário de pós-modernidade. Nessa perspectiva, os conteúdos históricos, e o possível, contidos nessa cultura, perdem-se, deformados pelo voluntarismo de uma concepção equivocada da política. No entanto, podem organizar a inteligência da práxis do homem simples, não raro materializados na utopia joaquimita do Império do Divino, que já presidiu algumas de nossas revoltas populares, como a de Canudos e a do Contestado. Os dilemas do suposto atraso social que persiste no mundo moderno, não só no Brasil, como resultado da dinâmica da própria modernidade e as interpretações que fiz desse atraso e de uma de suas expressões, o trabalho escravo hoje, me levaram à Junta de Curadores do Fundo Voluntário das Nações Unidas contra as Formas Contemporâneas de Escravidão, em Genebra, a que servi durante 12 anos e quatro mandatos, convidado pelo Alto Comissário de Direitos Humanos e designado pelo Secretário Geral. Foi outro modo de ver sociologicamente o mundo e de contribuir para supressão de uma das mais graves iniquidades da sociedade contemporânea. A sociologia militante não existe senão como equívoco e deturpação. A neutralidade ética na pesquisa

é requisito da produção de conhecimento. Mas também não pode existir a indiferença sob disfarces hipócritas que privam a sociologia das qualidades que tem e o sociólogo da decência que deve ter. Militância de sociólogo, enquanto tal, é algo delicado e sutil e de modo algum pode chegar à barbárie de questionar os fundamentos da própria ciência.

Aliás, a sociologia é inviável sem a pesquisa empírica, pois é na pesquisa empírica que as inovações teóricas se propõem. Nenhum verdadeiro clássico da sociologia criou coisa alguma sem a pesquisa empírica e mesmo o trabalho de campo. Nem Weber, tido indevidamente como modelo de sociólogo que dispensa o trabalho de campo. Do mesmo modo que os chamados resenhões do já dito pelos grandes sociólogos estão muito longe de constituir trabalho verdadeiramente teórico, original e criativo.

É verdade que no privilegiamento do trabalho de campo sempre se corre o risco de ouvir a pergunta difícil que ouvi certo dia, num povoado do Maranhão, de um homem simples que me observava curioso enquanto eu entrevistava crianças de uma escola: “Vem cá: além de bater papo com as pessoas, você trabalha?” Ou, pior ainda, quando fui procurado por uma jovem no barraco em que eu me arranchara, no mesmo povoado, e de sopetão perguntou ao grupo que ali se encontrava: “Cadê o cientista que chegou aí?” Fiquei entre preocupado com a possibilidade de que era mais uma observadora trabalhando para a repressão e feliz por saber que ali, nos confins do sertão, uma cidadã lúcida me tratava apropriadamente pela qualificação que eu tinha. “Sou eu mesmo”, respondi, orgulhoso. Ela não teve dúvida: estendeu-me a mão aberta e ordenou: “Então, leia a minha mão!”

Mas há aí, também, a riqueza teórica potencial que na pesquisa empírica emerge da aguda consciência das contradições do vivido. Não poucas vezes foi nos cursos que dei para trabalhadores, usando a técnica da pergunta que provoca respostas densas e esclarecedoras, e das respostas como ponto de partida do esclarecimento, que fiz descobertas sobre a concepção

popular da realidade que podiam dar novo rumo ao meu trabalho. Num curso para cortadores de cana do interior de São Paulo, pediram-me para lhes explicar porque, tendo que trabalhar mais, ganhavam sempre menos, o que mediam pela crescente redução da capacidade de compra de seu salário. Disse-lhes que o nome disso era exploração do trabalho, embora achassem que era exploração dos vendeiros. E perguntei a cada um que me explicasse o que os fazia pensar que eram explorados. Uma cortadora-de-cana relativamente jovem, mãe de família, me explicou que sabia que era explorada porque quando fazia amor com seu marido, seu corpo doía. Mas seu corpo não doía quando estava cortando cana no canavial, no trabalho pesado de uma jornada inteira, de sol a sol. Era explorada porque seu corpo já não era seu: pertencia ao canavial. Nesse sentido, a própria fala de quem depõe, derivada da pergunta dirigida do sociólogo, raramente revela as dimensões ocultas e invisíveis, profundas, tanto da consciência do homem comum quanto do modo como ele vive e interpreta as relações sociais.

Ao mesmo tempo a pesquisa empírica em si mesma em nada contribui para descoberta e aprimoramentos teóricos senão com base na pesquisa teórica, na dialética de teoria e pesquisa. É nesse sentido que ressalto a importância das oportunidades que tive de trabalhar em universidades no exterior. Primeiramente, na Universidade de Cambridge, de cujo Center of Latin American Studies fui pesquisador-visitante em 1976, cujas bibliotecas frequentei com avidez. Em segundo lugar, na Universidade da Flórida, nos Estados Unidos, onde fui professor visitante, em 1983, cuja biblioteca foi minha cotidiana oficina de trabalho. Em terceiro lugar, na Universidade de Lisboa, de que fui professor-visitante em 2000. Finalmente, o imenso privilégio e a honra que tive de ser indicado para a Cátedra Simon Bolívar, da Universidade de Cambridge, em 1993/94, ao mesmo tempo em que fui admitido como “fellow” de Trinity Hall. Os imensos recursos bibliográficos de que dispõem as bibliotecas de Cambridge, em particular a University Library, têm me permitido atualização e crescimento nos vários campos temáticos a que me dedico, como têm sido fundamentais, também, para minha atual pesquisa so-

bre linchamentos no Brasil. Da imensa bibliografia disponível, encontrei em nossas bibliotecas menos de 20% da literatura existente, o que representaria grave empobrecimento e mutilação para um pesquisador que se visse circunscrito a uma insuficiência dessa ordem. Nesse sentido, viajar para estagiar, pesquisar e ensinar é hoje uma condição para definir um perfil competente em qualquer área e certamente o é, mais ainda, na Sociologia. Especialmente aqui, em que temos um buraco imenso de carências bibliográficas, sobretudo de periódicos, decorrente dos muitos anos em que, sobretudo no regime militar, não tivemos recursos para atualizar as bibliotecas de Ciências Humanas e Sociais. Minha participação em numerosos congressos internacionais, com apresentação de trabalhos, me permitiu diálogos e aprendizados que a rotina acadêmica de uma instituição formal não permitem. Nesse sentido, beneficiei-me ainda das facilidades de acesso a bibliotecas acadêmicas como visitante da Università degli Studi di Trento e da Fondazione Internazionale Lelio Basso per il Diritto e la Liberazione dei Popoli, de Roma, na Itália, como membro de seu Conselho; da biblioteca do International Institute of Social History, na Holanda; e também, da biblioteca da Maison des Sciences de l'Homme, em Paris.

Na pesquisa de campo e nessas viagens pude revigorar e enriquecer as sólidas premissas herdadas sobretudo dos tempos da Cadeira de Sociologia I. Como disse no início, na obra dos pesquisadores e docentes da Cadeira de Florestan Fernandes, havia uma potencial sociologia do possível. Essa sociologia ganhou vigor e visibilidade para mim, na experiência de pesquisador, num momento em que o Brasil se dilacerava nas tensões relativas a possibilidades históricas conflitivas. Consolidou-se teoricamente no seminário de estudos de 12 anos sobre a questão do método dialético, na obra de Marx e, principalmente, no seminário de 6 anos sobre a questão da dialética na obra de Henri Lefebvre, filósofo com doutorado em sociologia rural. Era ele um sociólogo da margem, com um perfil parecido com o proposto pela cultura acadêmica da Faculdade de Filosofia e do grupo de Florestan Fernandes. Nessa perspectiva pode-se compreender sociedades como a brasileira en-

quanto sociedades em que o possível permanece confinado na teia de enganos e de auto-enganos da repetição e da permanência. Mas está lá e precisa ser desvendado e interpretativamente libertado. É nesse sentido que as lições desses anos todos me ensinaram que a sociologia é, também e principalmente, uma libertadora ciência da esperança, debruçada objetivamente sobre o real porque debruçada sobre o possível.

USP

Universidade de São Paulo



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Serviço de Comunicação Social
Serviço de Artes Gráfica